
PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR (PRP): APENAS O INTEGRALISMO SOB NOVA ROUPAGEM?



Marcos Paulo dos Reis Quadros
Especialista em História do Brasil Contemporâneo - FAPA
Mestrando em Ciências Sociais – PUCRS
Professor do Curso de Graduação em Ciência Política da Faculdade América Latina - FAL
E-mail: marcosrq@hotmail.com

RESUMO: O artigo analisa se o Partido de Representação Popular (PRP) de fato inaugurou um pensamento político distinto ou se, pelo contrário, sua criação apenas ressignificou a antiga Ação Integralista Brasileira (AIB), adaptando-a em face da nova conjuntura política imposta pela redemocratização (1945-1964). Para tanto, ancora-se em trabalhos referenciais sobre o assunto, no estudo da ideologia forjada por Plínio Salgado antes e depois da Segunda Guerra Mundial e em posicionamentos políticos adotados pelos dois movimentos, apontando similaridades e diferenças. Nesse sentido, assinala que a AIB exerceu significativo protagonismo político no Brasil durante a década de 1930, propondo um antissistemismo de tendências centrífugas, com caráter fascista, simultaneamente anticapitalista e anticomunista. O PRP, em contrapartida, foi um agente secundário no cenário do pós-guerra. O partido afasta de seu ideário as concepções antissistêmicas do integralismo, acata a disputa eleitoral democrática e passa a enfatizar elementos como o espiritualismo e a “democracia cristã”. Essa mutação fragiliza a ideia, levantada por Calil (2001), de que o PRP seria apenas uma nova roupagem para encobrir o integralismo.

Palavras-chave: Integralismo, Antissistemismo, PRP, Ressignificação.

ABSTRACT: The article examines whether the Party of Popular Representation (PRP) has launched a separate political thought or, rather, its creation just re-signified the former *Ação Integralista Brasileira* (AIB), adapting it in result of the democratic system (1945-1964). For this, the article is based on the study of ideology forged by Plinio Salgado before and after the Second World War and in political positions adopted by both movements, pointing out similarities and differences. Thus, notes that the AIB had a significant political player in Brazil during the 1930s, proposing an anti-systemic view of centrifugal tendencies, with fascist character, simultaneously anti-capitalist and anti-communist. PRP, in contrast, was a secondary agent in the post-war scenario. The party away from its ideal anti-systemic views, accepted the electoral battle that makes up democracy and begins to emphasize elements such as spiritualism and "Christian democracy". This mutation weakens the idea, raised by Calil (2001), that the PRP would be just a new host to hide the *integralismo*.

Keywords: *Integralismo*, anti-systemic view, PRP, Reinterpretation.

1. INTRODUÇÃO

Tema recorrente na pauta da produção acadêmica brasileira, o integralismo suscitou múltiplas abordagens por parte de historiadores, cientistas políticos e sociólogos, gerando interesse como tema de pesquisa nas ciências sócio-históricas, especialmente a partir do trabalho

referencial desenvolvido por Trindade (1974). De fato, na esteira deste precursor germinaram inúmeras investigações acerca do movimento liderado por Plínio Salgado, ganhando notoriedade autores como Vasconcelos (1979), Gertz (1987), Maio (1992) e Calil (2001), isso se deixarmos de mencionar o universo de dissertações, teses e artigos que enfocaram o assunto no Brasil e no exterior.

Contudo, a despeito dos estudos precedentes, pode-se afirmar que o integralismo não está exaurido como objeto de análise. Ainda que eventualmente abduzem do ineditismo, pesquisas emergentes podem contribuir para o resgate de momentos históricos que se mostraram cruciais para o desenvolvimento sócio-político do Brasil, levando em conta a efervescência de conflitos ideológicos em um passado recente e seus ecos na constituição das correntes que aglutinam a política brasileira desde então.

Além disso, ao contrário do rico mapeamento efetuado em torno da Ação Integralista Brasileira (AIB) e da sua ideologia, o exame do Partido de Representação Popular (PRP) como agremiação “sucessora” da AIB ainda possui lacunas que reclamam informações complementares. Nesse sentido, o trabalho de Calil (2001), *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*, apesar da sua consistência, abre margem para abordagens alicerçadas sobre outros pressupostos. O PRP apenas expressou um mero ressurgimento do “integralismo no pós-guerra”, convenientemente metamorfoseado, a fim de garantir sua participação incólume no sistema político arejado pela redemocratização de 1945? Os métodos de ação foram os mesmos do movimento que o antecedeu? A ideologia perrequista, enfim, somente simulou o uso de uma nova roupagem para ocultar velhos ideais?

O presente artigo objetiva elucidar tais questionamentos a partir de uma análise comparada entre as cosmovisões e os mecanismos de ação política empregados pela AIB e pelo PRP, contextualizando suas respectivas trajetórias na arena política brasileira. Embora nossa apreciação não advogue a pretensão de extenuar todos os aspectos relativos às ideologias e à atuação daqueles agentes, supomos que a metodologia utilizada satisfaz às finalidades específicas do problema proposto, que consiste em elucidar se o PRP de fato serviu de mero hospedeiro para a sobrevivência do integralismo.

2. A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: “PRIMEIRA ORGANIZAÇÃO DE MASSA NO BRASIL”

Embora o fascismo tenha se configurado em torno de um vasto rol axiológico que excede o terreno estritamente político (GRIFFIN, 2001), a complexidade dele emanada é passível de ser decodificada politicamente, haja vista a definição empreendida por Saccomani (1983, p. 466) no *Dicionário de Política* organizado por N. Bobbio:

Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto ao chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; [...] pela mobilização das massas pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime, [...] por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa e integrar as estruturas de controle do partido ou do Estado de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Em última análise, os camisas-negras de Mussolini marcham sobre Roma em 1922 inspirados nesses valores. Explorando a mentalidade coletiva corrente na Itália, segundo a qual o país fora ludibriado após o Tratado de Versalhes (uma vez que a nação itálica, membro das expedições guerreiras da Tríplice Aliança, viu-se desfavorecida nas benesses obtidas pelos espólios da guerra), os *fascios* chegam ao poder contando com amplo apoio popular. Fora a primeira, mas não a última vez, que os mal-entendidos respingados das trincheiras já vazias serviram de motivação para novas rupturas: guardadas as diferenças contextuais, Hitler, uma década depois, trilharia análogo caminho em solo alemão. Preludiando o *Führer*, o *Duce* obtém do Rei Vitório Emanuel III o reconhecimento de autoridade, assim como Hitler conseguiria do Marechal Hindenburg a nomenclatura de chanceler, após o sufrágio que oferecera maioria parlamentar ao Partido Nacional-Socialista (NSDAP).

Na Espanha, a cruenta guerra civil rivalizada entre falangistas e republicanos culminou na vitória dos primeiros. Sob a égide do “generalíssimo” Francisco Franco, o país então mergulha em uma nuance monárquica do fascismo, onde os ressentimentos da anterior perseguição esquerdista à Igreja Católica recebem como expiação a exaltação do catolicismo pelo Estado franquista (CAPELATO, 2009). Em Portugal, a ascensão do fascismo de Salazar representou radical transformação social e política, não sendo exagero classificá-lo como tão emblemático para os lusos como o foram os empreendimentos pombalinos e a Revolução do Porto (TORGAL, 2009). Na Bélgica, embora Léon Degrelle jamais tenha obtido as rédeas do

poder, o rexismo antiparlamentar/corporativista por ele capitaneado angariou intensa adesão à mobilização pró-fascista, sobretudo após o relativo sucesso obtido nas eleições de 1936.

Poderíamos citar ainda o exemplo da “Guarda de Ferro” de Corneliu Zelea Codreanu, na Romênia, e as atividades ultramontanas de Charles Maurras, em França, o que seria um trabalho quase monótono de repetição que denotaria o quanto semelhantes ideias tiveram repercussão na Europa de então. Tal quadro nos evidencia a configuração de um *locus* propenso à estima pelas soluções autoritárias e pelas atitudes antiliberais de contestação ao sistema democrático.

Embora a associação sem reservas entre o integralismo brasileiro e os diferentes fascismos acima referidos sofra contestações formuladas pelos próprios integralistas¹, é inevitável a constatação de que a conjuntura política altamente ideologizada dos anos 1920-30 de fato favoreceu o surgimento e a relativa popularidade dos camisas-verdes no Brasil, país que passava por profundas transformações culturais e políticas que tiveram como marcos principais, respectivamente, a Semana de Arte Moderna (1922) e a Revolução de 1930.

Fundada em outubro de 1932, a AIB vale-se do ambiente conturbado e politicamente centrífugo que se instalara no país para exercer seu proselitismo. O movimento nasce, oficialmente, com a publicação e leitura formal do *Manifesto de Outubro*, documento-síntese da ideologia integralista. Inteiramente redigido por Plínio Salgado, o manifesto afirma valores como o corporativismo, o nacionalismo, a ordem autoritária e o anticomunismo. De fato, a inconformidade com a realidade brasileira de então, a busca pela ruptura traumática do ordenamento político e sua substituição por uma nova conformação institucional, o antissistemismo integralista, enfim, transparece no citado documento:

O nosso ideal não nos permite entrar em combinação com partidos regionais, pois não reconhecemos esses partidos; reconhecemos a Nação. [...], Ou os que estão no poder realizam o nosso pensamento político, ou nós, da Ação Integralista Brasileira, nos declaramos proscritos, espontaneamente, da falsa vida política da Nação, até o dia em que formos um número tão grande, que restauraremos o nosso direito de cidadania, e pela força desse número conquistaremos o poder da República (Manifesto de Outubro. *In*: SALGADO, 1955a, p. 100-101).

¹ Inúmeras obras e documentos de origem integralista foram publicados no pós-guerra – e mesmo antes de 1939 – com o intuito de salientar a suposta repulsa da AIB ao fascismo e ao hitlerismo em particular (nesse sentido, ver, por exemplo, Salgado, 1955a). Assinale-se, entretanto, que tais iniciativas não encontraram abrigo na maioria das pesquisas acadêmicas publicadas sobre o integralismo.

Conquistar o poder segregando-se voluntariamente da “falsa vida política” que estaria reinando no Brasil evidencia as tendências revolucionárias de um movimento que almejava fulminar as instituições vigentes. E de fato, o integralismo, não reconhecendo os partidos políticos existentes, sistematicamente recusa-se a participar de alianças eleitorais, optando por disputar os pleitos através do registro de “chapas-puras”. Ainda como expressão do antissistemismo explícito do movimento, pode-se assinalar que a cosmovisão política de Plínio Salgado preconiza o combate simultâneo ao capitalismo e ao comunismo:

[...] e chegaremos à conclusão de que não é possível combater o Capitalismo sem combater o Comunismo, do mesmo modo que não é possível combater o Comunismo sem combater o Capitalismo. Pois tanto um como outro não passam de uma só cabeça, com duas caras, cabeça ligada ao mesmo corpo, que é o materialismo, a subordinação do Espírito Humano à brutalidade das forças cegas da Natureza, ou melhor, de uma das faces da Natureza, isto é, a material (SALGADO, 1955c, p. 399).

Cumprе ressaltar que a concepção política de Salgado bem representa a ideologia do integralismo como um todo, uma vez que assume a liderança incontestada do movimento (“Chefe Nacional”), obtendo total infalibilidade no tocante à formulação das diretrizes oficiais da doutrina integralista, o que se verifica, ademais, através dos amplos poderes que lhe foram concedidos pelos Estatutos da AIB.² A partir de tais alicerces, inicia-se o ativismo político dos camisas-verdes, impulsionado por grandes manifestações públicas, marchas de milicianos fardados, estandartes, hinos e outras simbologias militaristas. Nesse sentido, é sintomático o emprego da letra grega Sigma (Σ) como símbolo identitário do grupo, além da saudação integralista (erguimento do braço direito com a palma da mão voltada ao céu) e da pronúncia ritual do vocábulo “Anauê!”, que, sob corruptela do idioma tupi-guarani, teria sido usado pelos nativos brasileiros como cumprimento (BARROSO, 1935).

O raio de ação da simbologia integralista, contudo, não se restringia às atividades políticas dos militantes. Por meio de ritos próprios para funerais³, casamentos e outras atividades

² Sobre este pormenor, ver Trindade (1974, p. 170).

³ Ranquetat (2009, p. 48) assim resume a ritualística integralista para os funerais: “Na cerimônia de falecimento, o caixão do integralista morto era coberto pela bandeira do movimento e pela bandeira nacional. Os integralistas vestiam a camisa verde, posicionando-se perto da sepultura de forma alinhada. A principal autoridade integralista presente dizia: *Integralistas! Vai baixar à sepultura o corpo do nosso companheiro F. (nome do falecido), transferido para a Milícia do Além* (Salgado, 1937, p. 116). A seguir, a autoridade fazia um breve discurso sobre o morto e pronunciava estas palavras: *Vou fazer a sua chamada; antes porém, peço um minuto de concentração em homenagem ao companheiro falecido* (Salgado, 1937, p.116). Logo após o minuto de silêncio os integralistas presentes no local diziam: *Presente! No integralismo ninguém morre! Quem entrou neste*

sociais, “o movimento era levado à vida cotidiana de seus adeptos, criando laços de identidade interna”. Portanto, a ideologia integralista “passava paulatinamente a pautar os comportamentos da vida privada, através de um processo de ressocialização e reflexão espiritual que Salgado denominava ‘Revolução Interior’” (CALIL, 2002, p. 32). Essa coesão totalitária – que denominaríamos *comunhão fascista* – baseou-se em exterioridades (como na ostentação de uniformes e demais adereços), nos ritos e nas celebrações institucionais (Matinas de Abril, Noite dos Tambores Silenciosos), na participação em eventos comunitários celebrados entre integralistas (piqueniques, acampamentos, etc.) e na preocupação de se conceber um código de conduta capaz de gerar uma ética unitária entre os militantes, no que a “Revolução Interior” teve muita importância.

Diante destes elementos, a AIB era tida, sob a ótica de seus dirigentes, não como um partido político dentre outros, mas como um *movimento*: “o Integralismo não é um partido: é um movimento. É uma atitude nacional. É um despertar de consciências” (SALGADO, 1955c, p. 77).

Além da “estética fascista” (SILVA, 2005) bem representada pelo conjunto de simbologias, o antissistemismo integralista manifesta-se também pelo intuito de erigir uma nova forma de Estado, ao invés de simplesmente reformar as estruturas já existentes. Diante da presumida anomia que estaria imperando no cenário político brasileiro, a implantação do “Estado Integral” emerge como medida de salvação nacional. Trazendo em seu bojo um intervencionismo capaz de inaugurar “novos processos reguladores da produção e do comércio, de modo que o governo possa evitar os desequilíbrios nocivos à estabilidade social” (SALGADO, 1955a, p. 103), o mecanismo institucional nuclear do “Estado Integral” seria o corporativismo e a consequente substituição da representação parlamentar tradicional pela representação classista⁴, haja vista que sob sua égide “as classes organizadas garantirão os seus membros, em contratos coletivos”, contrapondo-se à “indiferença criminosa dos governos liberais” (idem, p. 104-05).

Embebidos pela ideia de promover uma radical transformação do Brasil, a ideologia integralista tece uma visão messiânico-salvacionista acerca de seu papel na arena política do país. Através de uma concepção nacionalista que buscava legitimação nas tradições

movimento imortalizou-se no coração dos camisas-verdes! Ao companheiro F... (falecido) três Anauês! (Salgado, 1937, p. 116). Todos então saudavam o morto com o Anauê, encerrando a cerimônia fúnebre”.

⁴ Sobre o corporativismo no Brasil e os subsídios ideológicos utilizados para sustentá-lo, ver Freire (1994).

primordiais da nacionalidade brasileira e no atavismo do povo interiorano, os camisas-verdes se auto-proclamam arautos do renascimento exitoso e definitivo do Brasil:

A América do Sul vai erguer-se pelo milagre do Brasil. O Brasil caboclo, o Brasil forte, o Brasil do sertão, o Brasil bárbaro e honesto, num ímpeto selvagem, está se levantando com as novas gerações. É o despertar de uma nação. É um destino que se cumpre. É a resposta da Atlântida. Não mais a misteriosa terra que emergia no passado, mas a gloriosa terra que está emergindo no presente, para dominar o futuro, com a força de uma nova civilização (SALGADO, 1955d, p.160-61).

Como se percebe, há uma associação tácita entre a “geração imprevista” que se insurge contra o *status quo* e o movimento integralista, o que revela uma comunicação política baseada no salvacionismo. Assim, caberia à AIB o cumprimento da profecia redentora, cuja promessa, uma vez concretizada, nos permitiria “dominar o futuro”, pelo advento de uma “nova civilização” gestionada a partir do Brasil, a nova “Atlântida”. O nacionalismo místico, portanto, é de suma importância para o movimento, e ainda que essa temática tenha resistido à extinção da AIB – ganhando sobrevivência no PRP – parece plausível inferir que foi no período do entreguerras que seu emprego como instrumento de proselitismo teve mais vigor. Destarte, “esse nacionalismo compôs a filosofia integralista, determinando sua concepção de mundo e de política e talvez constituindo a sua principal caracterização” (MERG, 2006, p. 1).

Por fim, caberia referir que a AIB, a partir de um apelo antissistêmico de tendências fascistas, atrai para suas fileiras número significativo de militantes⁵, obtendo “penetração ideológica no seio das classes médias, como também em certos segmentos da classe trabalhadora”, fato que “transformará esse movimento na primeira organização de massa no Brasil” (TRINDADE, 1974, p. 288). Além disso, tendo disputado apenas duas eleições, elege um deputado federal, dez deputados estaduais, vinte prefeitos e quase três mil vereadores, de acordo com dados levantados por Hilton (1977, p. 25-26), o que nos leva a crer que a AIB tenha se tornado um dos protagonistas da arena política brasileira do entreguerras.

3. O PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR (PRP)

⁵ Em 1938, Plínio Salgado refere-se a “mais de um milhão” de seguidores (SALGADO, 1955a, p. 219). Porém, não dispomos de fontes neutras para estimar o número real de membros da AIB.

Em novembro de 1937, o novo ordenamento constitucional concebido por Francisco Campos decreta o fim do pluripartidarismo e impede a ação de quaisquer forças oposicionistas sob o manto da “ameaça comunista”, que tendo irrompido na intentona de 1935, estaria sendo reorganizada no recém-descoberto “Plano Cohen”. O Estado Novo se instala: era o fim da AIB.

Mergulhado na clandestinidade, o integralismo paulatinamente amarga o ostracismo, e Salgado, não obstante sua tentativa de distanciar-se do *putsch* que tentara depor Vargas em 1938, é enquadrado como mentor daquele levante. Expedida sua ordem de prisão, é então enviado para a Fortaleza de Santa Cruz, onde permaneceria até a partida para o exílio em Portugal, país em que aportou em julho de 1939.

O período de exílio em Portugal caracteriza-se por um significativo processo de reordenamento da ideologia de Salgado. Seria na Europa que o líder integralista traçaria os primeiros esboços do abandono do antigo antissistemismo revolucionário da AIB, passando a conformar-se ao jogo eleitoral democrático. Ainda que as questões políticas não tenham sido esquecidas, averigua-se um crescente envolvimento de Salgado com a religiosidade⁶ e a linguagem cristã desponta em vários de seus escritos. A ampliação da sintonia com o catolicismo tradicionalista/conservador passa a ser central no pensamento do ex-líder integralista, que em 1942 publica *A Vida de Jesus*, obra de catequese católica que, categoricamente, reverte o ângulo propositivo de seu proselitismo. No ano seguinte, surge *Aliança do Sim e do Não* - texto que reitera a necessidade de se promover uma nova evangelização no mundo contemporâneo -, e em 1946, os livros *O Rei dos Reis*, *Primeiro Cristo*, *A Tua Cruz*, *Senhor* e *O Conceito Cristão de Democracia* são divulgados. Nesta última obra, para além das reflexões religiosas, são demarcadas também as novas bases de um conceito de Estado que revoga inteiramente a proposta corporativista do velho integralismo. A partir da tolerância com o sufrágio universal e com os partidos políticos tradicionais, a democracia cristã mais tarde iria substituir o “Estado Integral” como nova bandeira do PRP. Fundada no pressuposto da adesão religiosa, a democracia cristã perrepista advoga, em última análise, a supressão da laicidade do Estado: “para organizar um regime democrático, é preciso preliminarmente fé em Deus, pois sem Deus não há democracia e quem não acredita em Deus não pode falar em democracia” (SALGADO, 1978, p. 78). Este conceito

⁶ Em entrevista concedida a Silva e Calil (2000, p. 129), o ex-militante Mário Maestri confirma esse dado, afirmando que após o exílio em Portugal, “ele (Plínio Salgado) ficou um místico. Ele escreveu *A Vida de Jesus*. Ele ficou um místico”.

exclusivista/confessional leva Medeiros (1978, p. 515) a considerar que a democracia cristã proposta pelo PRP “não teria sua base na soberania popular, mas sim em dogmas e ‘verdades reveladas’ do cristianismo. A democracia cristã seria, assim, uma concessão feita ao povo, às multidões, pelos exegetas e pelos sábios católicos [...]”.

Contudo, tais concepções só seriam postas como alternativa política a partir de 1945, quando o Estado Novo, fragilizado pela intensa movimentação antifascista, formula a *Lei Agamenon*, que restitui o pluripartidarismo através da criação do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Vargas empreende reformas constitucionais que prevêem a anistia aos presos políticos e, por meio do novo código eleitoral, a realização de eleições diretas. Ainda que certas tentativas de reação tenham sido esboçadas nos primeiros anos de 1940 (correntes liberais haviam reclamado a redemocratização do país em 1943, com a divulgação do “Manifesto dos Mineiros”), a capitulação de Hiroito, no Pacífico, rejuvenesceu o fôlego das oposições, e Vargas é deposto a 29 de outubro de 1945, em decorrência da insatisfação generalizada que ressoava inclusive nas Forças Armadas.⁷

É em meio a este contexto francamente adverso para as correntes autoritárias que Salgado, de volta ao Brasil, assume a presidência do Partido de Representação Popular (PRP), agremiação que chefiaria até a nova ruptura institucional de 1964. Embora tenha conseguido conservar na plenitude a influência política sobre seus seguidores durante o exílio, o novo empreendimento político liderado por Salgado, ao contrário do que se verificava em 1932, ano da fundação da AIB, encontra anteparos de toda ordem para concretizar-se. A campanha antiintegralista tinha entusiástico eco na imprensa e nas manifestações públicas insufladas pela esquerda que se desferrava dos anos de ostracismo impostos pelo estadonovismo. Como reprodução de parte da propaganda do DIP, o integralismo era acusado de funcionar como “Quinta Coluna”, motivo pelo qual chegou a ser solicitada a reprovação do registro partidário do PRP:

Antes mesmo dos primeiros boatos de que o integralismo pretendia rearticular-se, no início de 1945, diversos adversários seus precaviam-se contra esta possibilidade. Ganhavam espaço nos jornais não apenas críticas doutrinárias, mas também as mais variadas denúncias envolvendo o integralismo. Mesmo que nem todas tivessem fundamento – algumas apenas reproduziam a propaganda do DIP – seu efeito não pode ser desconsiderado. As associações com o nazi-fascismo e a denúncia do caráter autoritário do integralismo eram as mais frequentes mas não as únicas informações desprestigiosas ao movimento publicadas como antídoto às pretensões de ressurgimento na vida política nacional dos antigos camisas-verdes (CALIL, 2001, p. 89).

⁷ Sobre os últimos momentos do Estado Novo, ver Levine (2001).

De outra parte, o veto da legislação no que tange aos uniformes partidários suprime a possibilidade de um reerguimento da simbologia tão cara aos integralistas, o que compromete a continuidade da “mística” do movimento. A comunhão fascista que irmanava os camisas-verdes no passado deixara de existir.

Não obstante, evidenciando a reestruturação dos quadros da antiga AIB, é publicada, em maio de 1945, uma “Carta Aberta à Nação Brasileira”, e três meses depois emerge a Cruzada Brasileira de Civismo (CBC), entidade anticomunista comandada por integralistas, que procura cooptar adeptos nos setores mais conservadores da sociedade, alertando-os sobre o perigo da expansão soviética na América Latina. Tais acontecimentos parecem pretender preparar a opinião pública para a aceitação da propaganda política de Salgado, que em setembro divulga seu “Manifesto Diretiva aos Integralistas Brasileiros”, onde repudia as acusações de simpatia ao fascismo e anuncia seu desejo de tentar nova empreitada política.

Contudo, a adesão de antigos camisas-verdes mostra-se parcial, e antigas lideranças como Miguel Reale e Gustavo Barroso recusam engajamento. Salgado rapidamente percebe que a condição *sine qua non* para o sucesso do novo partido reside no abandono dos pressupostos antissistêmicos e na aceitação do processo eleitoral democrático. Ainda que o nacionalismo e o anticomunismo permaneçam sendo motivos de mobilização política, o PRP sagra o totalitarismo, à esquerda e à direita, como alvo privilegiado de sua crítica, ao mesmo tempo em que a apologia da espiritualidade cristã assume destaque absoluto:

A doutrina que sustentei, fundando e propagando o movimento que denominei Integralismo, é a mesma que continua orientando o meu espírito e cujos princípios são contrários: [...] ao Estado de caráter totalitário, seja nazista, seja comunista ou qualquer outro; à teoria do predomínio de uma raça ou de uma nação sobre outras [...]. A minha filosofia política nunca dependeu de ideologias estrangeiras nem se subordinou a qualquer partido do mundo. Se alguma cousa de universalista há nessa doutrina, é aquilo que deriva do ensino da Igreja, transmitido da cadeira de São Pedro, pois é como homem, não apenas como brasileiro, que vejo, no Redentor Divino, a Luz, o Caminho e a Vida (SALGADO, 1955a, p. 329-330).

Cumprе ressaltar que já durante a Segunda Guerra Mundial Salgado havia se alinhado à posição adotada pelo governo brasileiro, elegendo o nacional-socialismo como inimigo maior: “Essa vitória livrará o Brasil do mais imediato dos perigos, que é o racismo expansionista.”

(idem, p. 331). Procurando justificar seus novos procedimentos, conciliando-os com os anteriores, o presidente do PRP afirma:

A nova situação mundial e nacional determinou que se organizasse no Brasil, para salvação da Pátria, um partido que, pondo o seu fundamento nos princípios espiritualistas e cristãos, democráticos e nacionalistas inspiradores daquele movimento ao qual pertencêramos, fosse ao mesmo tempo de maior plasticidade na propaganda eleitoral e pudesse apresentar-se sem exterioridades que poderiam estabelecer confusões e favorecer as tolas interpretações doutrinárias dos ignorantes que julgam os homens pelas roupas. Nestas circunstâncias formou-se o Partido de Representação Popular. [...]. O Partido de Representação Popular é coisa nova, como política; a sua doutrina é a perene doutrina cristã e democrática pregada pelo integralismo [...] (SALGADO, 1955a, p. 363-364).

Como se percebe, Salgado insiste na associação entre a democracia e o integralismo, a despeito da inexistência dessa bandeira no ideário da AIB. No PRP, pelo contrário, a conformação com a democracia é explícita, uma vez que a carta de princípios do partido (apud CALIL, 2001, p. 240) expressa a “consagração e intransigente defesa do regime democrático, baseado na pluralidade partidária e na garantia dos direitos fundamentais do Homem”. Porém, é a espiritualidade que substitui o nacionalismo como grande demanda política. Ao proferir o discurso de posse na presidência do PRP, Salgado sublinha: “somos um partido espiritualista e que se informa nas fontes do Evangelho” (SALGADO, 1955e, p. 299-300).

Assim, em sintonia com a nova disposição democratizante, o PRP passa a compor alianças partidárias. O partido apoia, por exemplo, Eduardo Gomes nas eleições presidenciais de 1950, o que clarifica que fora superada definitivamente a idéia de “pureza” e de exclusivismo salvacionista do integralismo. Nas eleições de 1947, o partido elege 18 deputados estaduais e 155 vereadores, e embora ocupe um espaço marginal no sistema político, o PRP, graças às coalizões formadas, sobretudo, com o PSD, projeta-se na estrutura do Estado, assume prefeituras e secretarias.

O ponto culminante da abertura ideológica do PRP, no entanto, se dá em 1958, ano em que o partido coliga-se com o PTB de Leonel Brizola na disputa pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. A aproximação com um político historicamente ligado às bandeiras da esquerda provoca considerável desencanto (e mesmo deserção) por parte de membros do PRP oriundos do velho integralismo. De fato, Otto Kaminski, perrepista e ex-integralista, em

entrevista concedida à Silva e Calil (2000, p. 67), afirma que “essa aliança do PRP com o PTB não tinha justificção nenhuma. Então, aqueles que eram idealistas como nós achamos que estava errado. [...]. Então, não saindo do partido, nós nos consideramos dissidentes”.

A própria doutrina anticomunista é revisitada, e o combate intransigente que outrora era dirigido à Aliança Nacional Libertadora (ANL) – inclusive mediante enfrentamentos físicos capitaneados pela Milícia Integralista – é substituído por uma oposição primordialmente teórica, de acordo com o ordenamento democrático e norteada por princípios cristãos, como o “amor ao próximo”:

Doutrinariamente, ideologicamente, combatemos o comunismo, não por ser um partido adverso ao nosso, mas porque é uma doutrina filosófica baseada no socialismo de Marx, e o socialismo de Marx é baseado no materialismo histórico, e nós somos espiritualistas. [...]. Não combatemos os comunistas. São brasileiros, muitos deles revoltados por injustiças reais, muitos deles desejando uma melhor situação para as classes desfavorecidas, muitos deles com maior teor de dignidade do que o burguês, que tem uma vida má, vida de prazeres, e que quer combater o comunismo, apenas, porque quer defender a sua propriedade, da qual ele usa e abusa em detrimento dos princípios cristãos que devem reger o uso da propriedade. Eu, portanto, [...] recomendo que tratem carinhosamente o comunista, combatendo vigorosamente o comunismo, combatendo essa doutrina materialista, pela nossa convicção espiritualista. Amemos o próximo, seja ele quem for, e procuremos, pela ação pessoal conquistar, um a um, todos os brasileiros (SALGADO, 1955a, p. 303-304).

A aversão à liberal-democracia torna-se, na prática, menos contundente do que se verificava durante a existência da AIB, e o totalitarismo “neo-pagão” dos fascismos é atacado com maior intensidade. Finalmente, em seu livro *Uma Mensagem às Pedras do Deserto* (1947), o presidente do partido lança a idéia de uma “quarta e perfeita posição” política, que seria uma espécie de soma das “verdades” contidas nas três vias políticas anteriores (comunismo, capitalismo e fascismo), suprimidos os seus “erros”. Opondo-se ao materialismo do marxismo e do capitalismo e ao Estado totalitário do fascismo, a “Quarta Posição” apropriar-se-ia da ânsia da justiça social do primeiro, da liberdade pugnada pelo segundo e do nacionalismo defendido pelo terceiro, anexando, ainda, a ética cristã:

A nossa obra, no ocidente, deve ser a de verdadeira catequese cristã no mundo capitalista e no mundo nacionalista. Expungir-lhes os erros, fundi-los numa só expressão de defesa dos valores morais oriundos de Cristo e que ainda sobrevivem apesar do paganismo em que nos temos afundado. Precisamos de missionários para esta obra pela construção da Unidade Cristã do Ocidente. União Cristã contra o materialismo [...]. É a Quarta Posição,

em que deverão juntar-se os fragmentos de verdade das três primeiras, nesta hora grave do mundo (SALGADO, 1955e, p. 240).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem desconsiderar a existência de diferenças entre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular, Calil (2001, p. 377) sustenta que o PRP teria sido a “conversão do integralismo em partido político”. De fato, a manutenção de elementos como o anticomunismo e o nacionalismo, aliados à continuidade da influência ideológica decisiva de Plínio Salgado, tornam o argumento bastante sedutor.

Contudo, julgamos que o presente artigo, através da análise comparada entre os dois movimentos, demonstra que as diferenças sobrepujam as similaridades. Primeiramente, observa-se que a realidade política assentada no pós-estadonovismo reclamou uma revisão das antigas propostas antissistêmicas do integralismo. A depuração do ideário fascista se efetiva no PRP como imperativo de sobrevivência em face de um contexto de franco desprestígio daqueles movimentos autoritários que outrora contavam com a simpatia de boa fatia da opinião pública. Nesse sentido, vimos que após 1945 o principal líder do PRP, Plínio Salgado, procura negar sistematicamente as afinidades entre o integralismo e o fascismo, esforço que não se verificou no período em que a AIB esteve em vigor. Aliás, a própria mentalidade de Salgado se modifica dramaticamente durante seus anos de exílio, alteração que foi absorvida pelo PRP. Portanto, sua influência incontestável sobre o partido em verdade desencadeou uma releitura profunda da doutrina integralista, ao invés de contribuir para reerguê-la.

Realmente, seria preciso empreender uma verdadeira mutação ideológica para que a viabilidade do PRP como agente político fosse atingida. Corroboram para essa conclusão dados como a substituição da proposta de uma ruptura institucional através do corporativismo pela “democracia cristã” e o conseqüente abandono das pretensões revolucionárias, em troca da inserção no jogo eleitoral, além da passagem do nacionalismo místico/salvacionista para um convite à convergência espiritualista. Mesmo o anticomunismo, antes radical, passa a ser fundamentado em torno da ideia de que o materialismo precisaria ser combatido em nome de uma “convicção espiritualista”. Ademais a supressão das antigas simbologias militaristas deteve a comunhão fascista que identificava os integralistas como membros de um

movimento, transformando-os em militantes de um *partido*, o PRP. Da mesma forma, a composição de alianças eleitorais ideologicamente pouco coerentes, como no caso do apoio ao PTB no Rio Grande do Sul, fulminou as antigas prerrogativas puristas advogadas pelo integralismo.

Portanto, supomos que a mutação ideológica ocorrida atingiu tal intensidade que tornou o PRP, na prática, um ente político distinto, com ideias e estratégias de ação também distintas. Não se tratou do emprego dissimulador de uma nova roupagem (ou mera ressignificação) para o integralismo, mas da inauguração uma cosmovisão política inédita. Logo, a AIB e a doutrina integralista são datadas – existiram entre 1932 e 1937 – e o partido que nasceria mais tarde, o PRP, guardou semelhanças apenas parciais com o movimento que o antecedeu, o que nos parece insuficiente para sustentar a afirmação de que o PRP seria simplesmente o “integralismo no pós-guerra”.

Referências Bibliográficas

- BARROSO, Gustavo. *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 57, p. 117-143, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a05v2957.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- FREIRE, Silene de Moraes. Suportes ideológicos do corporativismo brasileiro. *Plural, Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 64-86, 1994. Disponível em: < http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/01/artigo_4_Plural_1.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2010.
- GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GRIFFIN, Roger. *The nature of fascism*. London: Printer, 1991.
- HILTON, Stanley. A Ação Integralista Brasileira: o fascismo no Brasil (1932-1938). In: *O Brasil e a crise internacional*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977, p. 23-57.
- LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MAIO, Marcos Chor. *Nem Rostchild nem Trotski: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MERG, Camila Ventura. O despertar da nação: nacionalismo e espiritualismo na doutrina integralista. *Cadernos de História*. Ouro Preto, ano 1, n. 2, p 1-13, 2006. Disponível em: <

http://www.doutrina.linear.nom.br/arquivos/teses_artigos/Inclusao%205/O%20DESPERTAR%20DA%20NA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2010.

RANQUETAT, César Alberto. A dimensão simbólica e o ritual na política moderna: o caso das religiões políticas. *Composição*. Cuiabá, ano 3, n. 4, p. 37-52, 2009. Disponível em: <<http://www.revistacomposicao.ufms.br/composicao4.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

SACOMANI, Edda. “Fascismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1983. p. 465-482.

SALGADO, Plínio. “O Integralismo perante a nação”. In: *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1955a.

_____. “O que é integralismo”. In: *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1955b.

_____. “Madrugada do Espírito”. In: *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1955c.

_____. “Quarta Humanidade”. In: *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1955d.

_____. “Discursos”. In: *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1955e.

_____. “Uma Mensagem às Pedras do Deserto”. In: *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1947.

_____. *Ritmo da história*. São Paulo: Voz do Oeste/Instituto Nacional do Livro, 1978.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi. *Velhos integralistas. A memória de militantes do Sigma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê!. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n. 50, p. 61-95, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882005000200004&lng=en&nrm=i_sq>. Acesso em: 02 nov. 2010.

TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra, 2009.

VASCONCELOS, Gilberto. *A Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.